

QUALIDADE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Juciane Ranieri Rodrigues Gallo
Gabriel Rodrigues Gomes Pessanha

RESUMO

A Administração Pública tem como razão fim zelar pelo bem estar da população. É por meio das ações do Estado que promove-se o desenvolvimento da população. Há tempos analisava-se o desenvolvimento de uma determinada população através da sua renda pelo tamanho de seu produto interno bruto (PIB) per capita. No entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que propõe esta análise para além da ótica econômica. Ele permeia dimensões fundamentais da vida humana como a educação, a longevidade e a renda. Neste contexto este trabalho analisa a efetividade dos investimentos públicos sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para alcançar a referida análise utiliza-se o método de regressão para avaliar o grau de explicação de variáveis como o investimento, planejamento, agricultura, educação e cultura, habitação, saúde e saneamento, assistência e previdência e transporte de vinte municípios da Mesoregião do Sul e Sudoeste de Minas. Ao confrontar as variáveis indiretas com a variável direta descobriu-se que as mesmas não influenciam o IDH em sua totalidade. Os resultados alcançados permitem que o gestor público municipal possa direcionar os seus investimentos públicos para promover o desenvolvimento humano no município.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal. Investimento Público. Índice de Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The Public Administration has the right order ensure the welfare of the population. It is through the actions of the State that promotes the development of the population. This article analyzes the effectiveness of public investment from the perspective of the Municipal Human Development Index (IDHM). To achieve this analysis we use the regression method for assessing the proportionality of variables such as investment, agriculture, education and culture, housing, health and sanitation, assistance and welfare and transport twenty cities in South mesoregion region and South Western mines. Long ago was analyzed-the development of a population through its income, the size of its GDP per capita. However, the HDI is an index that offers this analysis beyond the economic perspective it permeates fundamental dimensions of human life such as education, longevity and income. Confronting the indirect variables with the direct variable was discovered that they do not influence the HDI entirety. The results achieved allows the municipal manager can direct their public investments to promote human development in the municipality.

Keywords: Municipal Public Management. Public investment. Human Development Index.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Schneider e Freitas (2013, p. 124) “A geração de riqueza e desenvolvimento quase sempre andaram juntos e tornaram-se objeto e objetivo de muitos países”.

Entender o desenvolvimento é mais que uma análise das condições de renda dos indivíduos, mas uma abordagem integral, que observa os funcionamentos e as capacitações dos indivíduos e como estes conseguem melhorar suas condições de vida. Estar vulnerável diz muito mais que “estar abaixo da linha da pobreza”; a sociologia do desenvolvimento deve ir além de indicadores como a carência econômica das populações. (SCHNEIDER E FREITAS, 2013, p. 126).

A vanguarda da abordagem do desenvolvimento humano traz uma diferença. A abordagem pioneira que *Mahbub ul-Haq* tem defendido, através da série de relatórios do Desenvolvimento Humano iniciada em 1990, situa-se entre, por um lado, o difícil problema da avaliação da riqueza das vidas humanas, incluindo as liberdades que os seres humanos justamente valorizam e, por outro, o exercício, muito mais fácil, de acompanhamento da evolução do rendimento e de outros recursos externos que os indivíduos – ou as nações – possuem. O produto interno bruto (PIB) é mais fácil de observar ou medir do que a qualidade de vida humana de que os indivíduos usufruem (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2013). O desenvolvimento humano tem em sua composição uma gama de variáveis que transcendem a ótica econômica. Para tanto, a avaliação dos gastos públicos correlacionada com o IDH pode identificar quais gastos públicos dentro das áreas sociais são mais efetivos.

Os gestores públicos utilizam os recursos arrecadados para atender às demandas e necessidades da sociedade. Entretanto, a lógica preponderante nas administrações públicas é a ideia de quanto mais se gastar, melhor. Porém, os gestores, de um modo geral, não parecem ter a consciência de analisar se estes gastos realmente atingem o fim ao qual eles almejam. As finanças públicas parecem tratadas de uma maneira descolada do fim maior da administração pública: o bem estar da sociedade. (BUSATTO, 2009, p.8)

Segundo Rezende et al (2005) a Constituinte de 1988 iniciou a descentralização da gestão pública (municipal, estadual e federal) permitindo a diminuição da distância do poder estatal com o cidadão. Assim, reduzem-se custos promovendo uma política pública mais efetiva. Assim, foram trabalhados os dados de municípios mais populosos da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas. Os gastos públicos utilizados no trabalho foram os valores que os gestores públicos desembolsaram com a área social. Assim, este trabalho tem como finalidade demonstrar e avaliar a riqueza e desenvolvimento tendo como foco o ser humano.

A avaliação será realizada através dos gastos públicos investidos nas áreas sociais sob a ótica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em outras palavras, o **objetivo principal** deste trabalho é analisar e identificar os determinantes do desenvolvimento

humano nos anos de 1991, 2000 e 2010. O IDH é um índice calculado oficialmente entre as décadas utilizadas no trabalho. Este trabalho subdividiu-se em cinco tópicos. Inicialmente discorrendo esta introdução. O segundo tópico é o referencial teórico que apresenta a base em que foi construído este trabalho explorando o conceito de políticas públicas, finanças públicas e o investimento público. O próximo tópico retrata a metodologia que compõe o trabalho e o tratamento dos dados utilizados como objeto de pesquisa. No quarto tópico apresenta-se o resultado e discussão, onde constroem-se análises e chegam-se às implicações. E para concluir são apresentadas as considerações finais, discutindo sobre a análise que foi construída ao longo do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico procura expor o suporte teórico para o presente trabalho, subdivididos nas seguintes temáticas: Políticas Públicas, Finanças Públicas, Investimentos Públicos no Brasil e Qualidade dos Investimentos Nacionais, conforme elucidados na sequência.

2.1 Políticas Públicas

Souza (2006, p. 26) define política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Se admitimos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que a área torna-se território de várias outras disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto da filosofia, psicologia, sociologia, economia e da econometria, esta última no que se refere a uma das sub-áreas da política pública, a da avaliação, que recebe grande influência de técnicas quantitativas e modelos econométricos. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2002, p. 5).

Assim, as políticas públicas são criadas com a finalidade de melhorar as condições de vida da população em todos os âmbitos, permeando nos campos de saúde, previdência, educação e segurança. De acordo com as ideias de Rezende et. al (2005) na década de 20 iniciou-se política de assistência social com a criação de leis e do Sistema Previdenciário Brasileiro. Porém foram criadas na Era Vargas as primeiras leis efetivas de cunho social (criação das leis trabalhistas e sindicatos). Já na década de 70, o referido autor relata que

na Ditadura Militar houve avanços na área da assistência social. Segundo Rezende et. al (2005, p. 27) os avanços foram: “melhoria do nível de vida e redução da pobreza, obrigatoriedade de educação básica e atenção primária à saúde”. Rezende et. al (2005) relata que nos anos 80 a população brasileira mostrava-se mais consciente. Gelinski e Seibel (2008) aponta que as políticas públicas no Brasil começaram a serem discutidas a partir de estudos no final da década de 80, com a redemocratização do país e o novo sistema de divisão do orçamento público propostas pela Constituição Federal de 1988.

Ao longo dos anos 80, recuperaram-se as bases do Estado federativo no Brasil. A democratização — particularmente, a retomada de eleições diretas para todos os níveis de governo — e a descentralização fiscal da Constituição de 1988 alteraram profundamente a natureza das relações intergovernamentais. A autoridade política de governadores e prefeitos não deriva do governo central, mas do voto popular direto. Paralelamente, estes últimos também expandiram expressivamente sua autoridade sobre recursos fiscais — uma vez que se ampliou a parcela dos tributos federais que é automaticamente transferida aos governos subnacionais —, assim como passaram a ter autoridade tributária sobre impostos de significativa importância. Em suma, no Brasil pós-1988, a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais. Diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição (ARRETCHE).

Assim, Giroldo e Kempfer (2012, p. 4) afirmam “que ao elevar o Município à condição de ente federativo a Carta Magna de 1988 também garantiu ao mesmo as autonomias administrativas, política e financeira necessárias para o desempenho de suas funções sem a ingerência dos demais membros”. Assim, os municípios possuem a autonomia para empregar os seus orçamentos públicos em determinadas áreas sociais de acordo com o seu programa de governo. Cabe ressaltar que segundo Rezende et al (2005) mesmo com todas as transformações do país não foram suficientes para estreitar o abismo entre ricos e pobres. Segundo Souza (2006) a tipologia mais reconhecida de políticas públicas foi criada Theodor Lowi (1964; 1972). O primeiro formato é o das políticas distributivas em que ações promovidas pelo governo e que não são tomadas a partir da ótica dos recursos e sim para favorecer determinado grupo e não a população como um todo. A referida autora que cita o patrimonialismo e clientelismo como exemplos de políticas distributivas. O segundo formato é o das políticas regulatórias que são compostas por leis e é mais transparente para a grande massa, envolvendo atores entre políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas que atendem um número maior de pessoas em detrimento de um grupo menor (repasse de custos) [políticas sociais universais]. E o quarto é o das políticas constitutivas que operam em processos. Assim, segundo Rezende et. al.(2005, p. 29) “com intuito de promover a satisfação das necessidades da população, o Estado presta serviços à coletividade, a fim de propiciar o aumento no nível de bem-estar-social de uma comunidade”.

2.2 Finanças Públicas

A Constituição Federal Brasileira de 1988 no art. 18 promoveu a autonomia à organização político-administrativa do Brasil que é composta pela União, os Estados-membros, e o Distrito Federal, e os municípios, esta autonomia está caracterizada no poder de organização política, administrativa, tributária, orçamentária e institucional. A Administração Pública é um conjunto de órgãos estabelecidos para consecução dos objetivos do governo, entre suas ações e funções dos serviços prestados para a população e para o próprio Estado. A Administração Pública é dividida em esferas: federal, estadual, e municipal. O Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 – Estatuto da Reforma Administrativa divide a administração pública em direta e indireta. Segundo o art. 37 da Constituição Federal todos os órgãos do Estado obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Na esfera federal, a administração direta é composta pela Presidência da República, pelos ministérios e pelos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário. Na esfera estadual é composta pelo governador e deputados estaduais e na municipal compreendem o prefeito e os vereadores. Os referidos órgãos não possuem personalidade jurídica própria, pois exercem diretamente as competências a cargo da União. Já a administração indireta é composta pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, possuindo personalidade jurídica e patrimônio próprios. As finanças públicas designam os métodos, princípios e processos financeiros por meio dos quais o Estado desempenha suas funções. Existem três tipos de funções finanças públicas a função alocativa, distributiva e a função estabilizadora.

Segundo Musgrave (1980 apud Saldanha, 2006, p. 77) “a função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos”.

(...) o governo deve: a) determinar o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados e b) calcular o nível de contribuição de cada consumidor. Em relação a esse último ponto, um determinado consumidor não tem motivos para se “apresentar” ao governo e declarar o valor “justo” que ele atribui aos serviços prestados pelo setor público, a não ser que tenha certeza de que os demais indivíduos beneficiados pelo fornecimento de bens públicos façam o mesmo. Neste caso, há um espaço claro de ação dos “caronas”, que preferirão utilizar-se dos bens públicos sem pagar por isso, na esperança de que outros consumidores contribuam para o governo, financiando a produção desses bens. Tendo visto, que grande parte dos consumidores, de forma racional, provavelmente agiriam desta maneira, o financiamento da produção de bens não pode dar-se de forma voluntária. De fato, o financiamento da produção dos bens públicos depende da obtenção *compulsória* de recursos, através da cobrança de impostos. (GIAMBIAGI, 2011, p.27)

De acordo com Saldanha (2006):

Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade. Como exemplos de bens públicos figuram: praças, iluminação pública, policiamento, estradas. Há ainda bens que possuem características tanto de bens públicos como de privados, e que podem ser financiados pela iniciativa privada – como educação e saúde –, mas que devem ser universalizados pelo governo devido aos seus benefícios tanto para o indivíduo como para a sociedade (SALDANHA, 2006, p. 78).

De acordo com Giambiagi (2011) a função distributiva compreende na distribuição de riqueza e rendas, além dos tributos ele utiliza as transferências e os subsídios. Assim, com essas ações o governo pode redistribuir a renda capitalizada pelos impostos. Giambiagi (2011) retrata o exemplo de cobrar impostos mais caros de cidadãos mais ricos, redistribuir o imposto como forma de políticas públicas para os menos abastados e onerar bens públicos que são considerados “supérfluos” que somente uma parcela da população poderia desfrutar. De acordo com Saldanha (2006, p.78) a função distributiva “tem como objetivo distribuir a renda e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando as diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição”. Ainda segundo o autor são encontradas algumas dificuldades na função distributiva como o ponto ótimo de utilidade de determinada sociedade é inconstante. Outra complicação é que as políticas consideradas distributivas tem um alto custo porque os agentes econômicos não são motivados a produzir já que tem que dividir a sua renda. E por último a função estabilizadora que segundo Saldanha (2006, p.79) a função é “proposta pela teoria keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico”.

Assim, esta função tem como finalidade promover o equilíbrio o mercado, ainda de acordo com o autor essa função regula a sintonia ente oferta e demanda.

A principal utilização da função estabilizadora dos gastos públicos são as políticas anticíclicas do governo. Em período de recessão econômica, tais políticas aumentam os gastos públicos e os investimentos, diretamente ou pelos incentivos à iniciativa priva, com o intuito de reverter o ciclo depressivo da economia de mercado (SALDANHA, 2006, p.79).

Assim, o governo entraria para regular o mercado. De acordo com Giambiagi (2011, p. 30) “sendo assim a intervenção do governo pode ser importante, no sentido de proteger a economia de flutuações bruscas (...). Para isso os principais instrumentos macroeconômicos à disposição do governo são a política fiscal e monetária”. Assim, a organização político-administrativa do Estado determina quem são os entes públicos e suas responsabilidades e as finanças públicas indicam a maneira como esses entes deverão operar para atingir suas finalidades, planejando, executando e prestando contas das receitas e despesas do Estado (UFAM, 2012). O art. 165 da Constituição Federal de 1988 dispõe no que tange ao planejamento consta o Plano Plurianual (PPA) que estabelece programas e metas

governamentais em longo prazo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que antecipa às diretrizes, as prioridades de gastos, as normas e parâmetros que deve orientar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício seguinte e a Lei Orçamentária Anual (LOA) que define metas para o uso dos recursos financeiros durante o ano em exercício para atender às demandas da sociedade. Portanto, esses documentos de planejamento definirão a previsão das receitas arrecadadas e despesas executadas que compõe o orçamento público. Receita pública é o montante arrecadado da cobrança de tributos, taxas, contribuições e decorrentes da exploração do seu patrimônio já a despesa pública é uma dívida visando a uma finalidade de interesse público. Segundo Rezende (2011, p. 67) os “gastos públicos podem ser classificados sob três ópticas principais, da finalidade do gasto, da natureza do dispêndio e do agente encarregado da execução do gasto.” O autor explica que quanto à finalidade os gastos são denominados funções, programas e subprogramas. A natureza do gasto enquadra quatro categorias econômicas de despesa: Custeio, Investimento e Inversões financeiras. Já a ótica do agente encarregado da execução do gasto fica interligada com a finalidade da despesa. Assim, a distribuição por categoria de gasto depende da finalidade da despesa.

Em termos agregados, a distribuição por categoria de gastos depende, assim, da distribuição funcional da despesa. Em princípio, quanto maior a parcela das despesas públicas destinadas à produção de bens públicos e semipúblicos, maior a participação de despesas com pessoal no total do orçamento, enquanto que uma participação mais elevada dos investimentos fica associada a uma ênfase em programas de melhoria e expansão da infraestrutura econômica (REZENDE, p.68, 2011).

Assim, o gasto público está diretamente relacionado com a demanda da sociedade e a agenda política com o governo.

2.3 Investimentos Públicos no Brasil

Segundo Reis (2008, p. 11) “(...) o investimento público, um tipo de gasto público, possui um papel ainda mais específico do que o gasto público em geral (...) o investimento representa também criação de capacidade produtiva”. Segundo Biasoto Jr. e Afonso (2007) investimentos públicos no Brasil se enleiam com a função do Estado na economia brasileira. Com a crise dos anos 80 ocorreu à incapacidade do Estado em investir na economia, caracterizado por um retrocesso nas empresas estatais e paralelamente aconteceu a abertura comercial nos anos 90, gerando um enorme leque de oportunidades de investimentos. Segundo Cerqueira e Pires (2010) a literatura retrata o baixo nível de investimento público apesar da alta carga tributária que inibe e diminuí o investimento privado, desacelerando o crescimento. Essa linha de pensamento segundo os autores deve ser relacionada apenas com investimento de infraestrutura, outras áreas de investimentos

podem auferir outra lógica. Ainda segundo os autores é importante salientar a diferença entre tributação e recursos disponíveis para investimentos, geralmente parte da carga tributária está empenhada com transferências ao setor público.

2.3.1 Qualidade dos Investimentos Públicos no Brasil

Segundo Rezende et al:

Estabeleceu-se a prática de avaliar o bem-estar de uma população, e conseqüentemente de classificar os países ou regiões, pelo tamanho de seu PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. Entretanto, o progresso humano e a evolução das condições de vida não podem ser medidos apenas por sua dimensão econômica. (REZENDE et al, 2006, p. 30).

O conceito de desenvolvimento humano surgiu a partir da premissa que o homem possa ir até onde ele desejar a partir de suas escolhas, baseando-se que essa oportunidade de escolher esteja disponível para todos de modo igualitário. De modo distinto do desenvolvimento baseado somente pelo crescimento econômico, ou seja, pela renda. O desenvolvimento humano tem como foco nas pessoas, suas habilidades e ocasiões (Programa das Nações Unidas, PNUD, 2013).

É possível que a medida de qualidade de vida mais difundida, até o surgimento do IDH, tenha sido o PIB per capita. No entanto, conhecer o PIB per capita de um país ou região não é suficiente para avaliar as condições de vida de sua população, uma vez que, também, é necessário conhecer a distribuição desses recursos e como se dá o acesso a eles. (TORRES et al, 2003, p.81).

Em 1990 foi apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para oferecer um índice que não levasse em consideração somente à renda como o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, desenvolvido pelo economista paquistanês *Mahbub ul Haq* e com a colaboração do economista Amartya Sen. Apesar de ampliar a ótica para além da renda, tal índice não abrange todas as necessidades da pessoa humana, como democracia, cidadania, sustentabilidade, cultura, lazer entre outros. (PNUD, 2013).

A ênfase em diferentes componentes para a mensuração da qualidade de vida implica considerar vários aspectos, que não são transferíveis entre si. Não é suficiente conhecer somente as condições econômicas, também deve-se ter informações sobre a saúde, conhecimento e habilidades, relações sociais, condições de trabalho, etc., para medir o nível de vida. O IDH propôs-se a enfrentar este desafio, sintetizando em um único indicador dimensões de renda, longevidade e escolaridade. (TORRES et al, 200, p.81).

O IDH contempla três componentes:

- a) Longevidade, que segundo Rezende et al “também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer”;
- b) Educação, medida por uma média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebido durante a vida por pessoas a partir e 25 anos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmo durante a vida da criança (PNUD, 2013);
- c) Renda, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2013).

A metodologia de cálculo do IDH é de 0 (pior) e 1 (melhor), o índice é calculado anualmente, publica pela primeira vez em 1990, o IDH é referência mundial e é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e regional através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), objeto de pesquisa do referente trabalho (PNUD, 2013). O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global – saúde, educação e renda, mas vai além: adapta-se a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (PNUD, 2013). O IDH-M é um número, igual ao global, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. De acordo com Torres et al (2003) as Nações Unidas, ao criar o IDH, indicou aos gestores públicos que propiciar o crescimento não é baseado apenas no aumento de produção. No entanto, segundo Torres et al (2003) mesmo contemplando uma gama de variáveis para além da renda, alguns pesquisadores sociais sentem um desalento ao reduzir há um numeral tantas condicionais sociais englobadas no desenvolvimento humano.

Segundo Rezende et al:

O poder público tem como prerrogativa constitucional assegurar o bem-estar do cidadão e garantir a efetiva realização de serviços essenciais. Tendo em vista que o desenvolvimento humano medido pela ONU aborda três dimensões, sendo que estas dimensões apresentam relação direta com as prerrogativas constitucionais do poder público, deveria ser lógico que, quanto maiores os investimentos nesses segmentos, teoricamente, maior seriam o nível de desenvolvimento humano do município, do estado, do país. (REZENDE et al., 2005, p. 31).

Assim, pode-se afirmar que a partir da qualidade de investimentos nacionais nessas áreas garantem o desenvolvimento humano, e o presente trabalho parte dessa premissa.

3 METODOLOGIA

3.1 Posicionamentos metodológicos e operacionalização dos dados

Este trabalho tem como estratégia a pesquisa bibliográfica, que segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 54) “procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, (...) busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema”. Para a análise dos dados utilizou-se a pesquisa do tipo quantitativa, que segundo Fonseca (2002, p.20) “os resultados podem ser quantificados”. Ainda de acordo com o autor “a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos (...)”. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 107) “(...) poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados.” Os autores ainda retratam que os tratamentos dos dados devem ser manipulados com métodos e técnicas de Estatística. Com o objetivo de analisar a qualidade financeira dos investimentos públicos foram utilizados dados referentes ao investimento público em determinadas áreas de vinte cidades mais populosas da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas segundo Censo Demográfico de 2010 (IBGE). O objeto do trabalho é composto pelos dados dos municípios: Alfenas, Andradas, Boa Esperança, Cambuí, Campos Gerais, Extrema, Guaxupé, Itajubá, Machado, Nepomuceno, Ouro Fino, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Três Pontas e Varginha. Os dados organizados para a regressão referem-se ao Índice de Desenvolvimento Humano de 1991, 2000 e 2010 e foram coletados no site Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD). As funções investimento, educação e cultura, habitação, saúde e saneamento, assistência e previdência social, planejamento, agricultura e transporte mesma série temporal foram obtidos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Os referidos dados foram organizados e assim, utilizou-se o software Excel com o objetivo de realizar a regressão linear múltipla.

3.2 Tratamentos dos Dados

Para analisar os dados foi empregada a metodologia de Regressão.

A análise de regressão diz respeito ao estudo da dependência de uma variável, a *variável dependente*, em relação a uma ou mais variáveis, as *variáveis explanatórias*, visando estimar e/ou prever o valor médio (da

população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetitivas) das segundas. (GUJARATI E PORTER, 2012, p. 31).

Assim, de acordo com Viali (2002) será suposto que existem apenas duas variáveis. A variável X (denominada variável controlada, explicativa ou independente) com valores observados X_1, X_2, \dots, X_n e a variável Y (denominada variável dependente ou explicada) com valores Y_1, Y_2, \dots, Y_n . Ainda segundo o autor (p. 9) “os valores de Y são aleatórios, pois eles dependem não apenas de X, mas também de outras variáveis que não estão sendo representadas no modelo”. Estas variáveis são consideradas no modelo através de um termo aleatório denominado “erro”.

O modelo para o relacionamento linear é representado pela equação:

$$Y = a + Bx + U \text{ onde, "U" é o termo do erro,}$$

Y= Índice de Desenvolvimento Humano Municipal,

X= variáveis independentes, investimento, educação e cultura, habitação, saúde e saneamento, assistência e previdência social, planejamento, agricultura e transporte.

Os dados das variáveis independentes utilizadas no desenvolvimento deste trabalho foram coletados de acordo com as informações do Quadro 1. A finalidade principal da presente pesquisa é avaliar a qualidade financeira dos investimentos públicos. Tendo em vista que o desenvolvimento humano é o objetivo principal de toda política pública, a *proxy* utilizada para mensurar a qualidade financeira foi o IDHM.

Quadro 1: Variáveis utilizadas no método.

Variável dependente	Descrição	Fonte
IDH	Índice que combina longevidade, educação e renda para avaliar o desenvolvimento humano	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)
Variáveis independentes	—	—
Agricultura	Promoção da produção vegetal, promoção da produção animal, defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal, abastecimento extensão rural, irrigação	IPEADATA (2014)
Assistência e Previdência	Assistência ao idoso, assistência ao portador de deficiência, assistência à criança e ao adolescente, assistência comunitária, previdência básica, previdência do regime estatutário, previdência complementar e	IPEADATA (2014)

	previdência especial	
Educação e Cultura	Ensino fundamental, ensino médio ensino profissional, ensino superior, educação infantil, educação de jovens e adultos, educação especial, cultura, patrimônio histórico, artístico e arqueológico e difusão cultural	IPEADATA (2014)
Habitação	Habitação rural e habitação urbana	IPEADATA (2014)
Investimentos	Programa especiais de trabalho, aquisições de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital	IPEADATA (2014)
Planejamento	Subfunção que agrega a função administração	IPEADATA (2014)
Saúde e Saneamento	Atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, alimentação e nutrição, saneamento básico rural e saneamento básico urbano	IPEADATA (2014)
Transporte	Transporte aéreo, transporte rodoviário, transporte ferroviário, transporte hidroviário e transportes especiais	IPEADATA (2014)

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A finalidade principal da presente pesquisa é avaliar a qualidade financeira dos investimentos públicos. Tendo em vista que o desenvolvimento humano é o objetivo principal de toda política pública, a *proxy* utilizada para mensurar a qualidade financeira foi o IDHM. Neste contexto, a hipótese geral que norteou a discussão dos dados coletados e analisados no decorrer deste trabalho foi:

Hipótese Geral:

H₀: Investimentos públicos não afetam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

H₁: Investimentos públicos afetam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

A hipótese geral pode ser desdobrada em hipóteses específicas na medida em que se propôs a análise categorizada dos investimentos, sendo assim poderá ser analisado se as variáveis independentes influenciarão com o IDHM e assim a qualidade financeira desses investimentos públicos:

Quadro 2: Hipóteses específicas:

H _b	H ₀ : Investimentos públicos em agricultura não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em agricultura afetam o IDHM;
H _c	H ₀ : Investimentos públicos em assistência e previdência não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em assistência e previdência afetam o IDHM;
H _d	H ₀ : Investimentos públicos em educação e cultura não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em educação e cultura afetam o IDHM;
H _e	H ₀ : Investimentos públicos em habitação não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em habitação afetam o IDHM;
H _f	H ₀ : Investimentos públicos em investimento não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em investimento afetam o IDHM;
H _g	H ₀ : Investimentos públicos em planejamento não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos afetam o IDHM;
H _h	H ₀ : Investimentos públicos em saúde e saneamento não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em saúde e saneamento afetam o IDHM;
H _i	H ₀ : Investimentos públicos em transporte não afetam o IDHM; H ₁ : Investimentos públicos em transporte afetam o IDHM;

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Para analisar os determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal utilizou-se a metodologia de regressão linear múltipla. Foram empregadas as variáveis que se julgavam mais relevantes como a agricultura, investimento, educação e cultura, habitação e urbanismo, assistência social e previdência e transporte e que estavam com valores disponíveis nos bancos de dados consultados.

A descrição da Tabela 1 mostra alguns dados adicionais relativos às variáveis utilizadas como objeto para a regressão

TABELA 1- Estatística descritiva

Variáveis	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Variância
IDHM	0,63085	0,652	6,654	0,105795746	0,01119274
Agricultura	407463,1	132570,8	0	768330,5	5,9E+11
Assistência e Previdência	2459524	1096082	–	3736411	1,4E+13
Educação e Cultura	9122069	4286016	–	13347535	1,78E+14
Habitação	3164387	1608793	–	4351209	1,89E+13
Investimentos	2818373	1278788	–	3896988	1,52E+13
Planejamento	6130903	2321023	–	10011181	1E+14
Saúde e Saneamento	10683586	355822	–	20718639	4,29E+14
Transporte	1096352,965	444019,4	0	1696550,168	2,878228E+12

Fonte: Dados IPEADATA (2014)
Elaborado pela autora.

Primeiramente, combinou-se modelos de correlação com o objetivo de verificar o tipo e extensão do relacionamento entre variáveis utilizadas. O coeficiente de correlação pode variar de -1 a +1. O coeficiente de +1 tem-se uma correlação linear positiva perfeita. O coeficiente de -1 indica correlação linear perfeita negativa. Geralmente, o coeficiente encontrado situa-se no intervalo entre estes dois valores. Assim, pode-se verificar que os valores das variáveis independentes relacionados com a variável dependente apresentam relações significativas na matriz de correlação. A partir dos dados apresentados na Tabela 2 pode-se perceber que existem alguns valores expressivos entre as variáveis independentes utilizadas no modelo de regressão, tal constatação indica a presença de multicolinearidade. Toda via, os dados utilizados foram testados por meio da estatística de teste VIF a qual demonstrou à ausência de colinearidade entre as variáveis estudadas.

TABELA 2: Resultado da correlação

	IDH	Investimento	Planejamento	Agricultura	Educação e Cultura	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Assistência e Previdência	Transporte
IDH	1								
Investimento	0,6669	1							
Planejamento	0,6247	0,8631	1						
Agricultura	0,4878	0,4438	0,59093	1					
Educação e Cultura	0,6819	0,9107	0,94567	0,50	1				
Habitação e Urbanismo	0,6844	0,6536	0,51114	0,24	0,617099	1			
Saúde e Saneamento	0,5556	0,8236	0,86738	0,30	0,942923	0,5272	1		
Assistência e Previdência	0,6399	0,9370	0,83578	0,44	0,907258	0,6447	0,8413	1	
Transporte	0,5348	0,5856	0,64622	0,32	0,684223	0,2471	0,6118	0,5114	1

Fonte: Dados IPEADATA (2014).

Elaborado pela autora.

Em seguida, ajustou-se os modelos de regressão com a finalidade de verificar a influência das variáveis independentes na variável dependente IDHM. Em conformidade com o resultado da regressão demonstrado na Tabela 3 pode-se verificar que o ajuste geral do modelo foi satisfatório, sendo que o coeficiente de determinação (R^2) foi de, aproximadamente, 62%, ou seja, as variações nas variáveis independentes explicam, em média 62% da variação do IDHM. Outro coeficiente resultante da metodologia utilizada é o teste *F de significação* que demonstra a confiabilidade dos parâmetros quando este é inferior a 10%. Assim, os dados analisados são confiáveis de modo que o valor encontrado foi de 6,53913E-10. Partindo então para a análise de cada variável independente pode-se verificar que a maioria das variáveis independentes não apresentou significância estatística.

A primeira variável que rejeita H_0 (investimentos públicos não afetam o IDHM) é a agricultura. A relação desta com a variável dependente é positiva, se ela aumentar o IDHM sofre um incremento. E assim, acontece com a variável habitação e urbanismo e transporte, ambas possuem relação positiva com a variável dependente, se elas sofrem um aumento o IDHM cresce.

TABELA 3: Resultados encontrados do modelo

Metodologia Regressão			
Variável dependente: IDHM			
Variáveis Independentes	Coefficientes		Valor-P
Investimento	1,20079E-09		0,873543
Planejamento	-1,32958E-09		0,673019
Agricultura	3,4728E-08		0,059891
Educação e Cultura	1,07302E-09		0,835719
Habitação e Urbanismo	1,23236E-08		0,000194
Saúde e Saneamento	-3,64295E-10		0,839577
Assistência e Previdência	1,22428E-09		0,876502
Transporte	1,94919E-08		0,023843
R-quadrado ajustado	0,616351694	F de significação	6,54E-10

Fonte: Elaborado pela autora segundo os dados do trabalho (2014).

A maioria das variáveis independentes não apresentou significância estatística com o IDHM resultado contrário ao esperado baseando-se na teoria. O referencial teórico explorado no trabalho entrevê que toda ação promovida, que no caso do presente trabalho é o investimento público, pelo Estado nas áreas sociais promovem o desenvolvimento humano. Citando novamente Rezende et al (2005, p. 29) “com intuito de promover a satisfação das necessidades da população, o Estado presta serviços à coletividade, a fim de propiciar o aumento no nível de bem-estar-social de uma comunidade”. Assim, ajustou-se um novo modelo de regressão para tentar alcançar novos valores determinantes.

No segundo modelo (Tabela 4) concluiu-se que o ajuste geral foi mais significativo porque o coeficiente de determinação (R^2) foi de, aproximadamente, 84%, ou seja, as variáveis independentes explicam em 84% a variável dependente (IDHM). Evidenciando que o segundo modelo explica as variações em um maior percentual. Analisando o teste *F de significação* que evidencia a confiabilidade do modelo quando este é inferior a 10% concluiu-se que os dados analisados são confiáveis, pois, o valor encontrado foi de 2,6087E-19. Seguindo para a análise de cada variável independente pode-se verificar que todas as variáveis independentes apresentaram significância estatística identificando pelo valor-P que H_1 (Investimentos públicos afetam o IDHM) é satisfatório. Em outras palavras, um aumento nos investimentos públicos em agricultura, educação e cultura, assistência e previdência social e transporte aumentaria o Índice de Desenvolvimento Humano da população da mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

TABELA 4: Resultados encontrados no segundo modelo

Metodologia Regressão		
Variável dependente: IDHM		
Variáveis Independentes	Coefficientes	Valor-P
Agricultura	3,4728E-08	0,046939
Educação e Cultura	1,07302E-09	0,000396
Assistência e Previdência	1,22428E-09	0,026784
Transporte	1,94919E-08	0,055278
R-quadrado ajustado	0,839685919	F de significação 2,6087E-19

Fonte: Elaborado pela autora segundo os dados do trabalho (2014).

O segundo modelo está coerente com a teoria explicitada no trabalho de que um incremento no investimento público pode significar melhorias para a população. É importante salientar que o objetivo do trabalho permeia em auxiliar o gestor público municipal a desenvolver a sua agenda política indicando quais áreas sociais ele deve investir para promover o desenvolvimento humano. Retornado ao primeiro modelo de regressão pode-se concluir que as variáveis investimento, educação e cultura, assistência social e previdência, planejamento e saúde e saneamento não impactaram o IDHM, verificando-se que somente investimentos públicos não garantem o desenvolvimento humano na sua totalidade. Rezende et al. (2005) discute em seu trabalho essas considerações. Os autores aplicaram a metodologia de regressão múltipla e regressão logística nas cidades do Estado de São Paulo. Pela técnica da regressão múltipla evidenciou-se que IDHM e investimento público não atenta para uma relação linear, retratando que um IDHM significativo não é pautado somente em investimentos públicos. Já a regressão logística evidencia que é plausível a relação direta entre as variáveis saúde, educação, transporte, habitação, segurança, entre outras com o IDH. Especificamente através da técnica de regressão logística o autor verificou:

Que é possível discriminar os municípios pelo volume de investimento e por variáveis socioeconômicas. Consequentemente, os volumes de investimentos pretéritos realizados contribuem para a mudança do IDH dos municípios, o que demonstra atributos relevantes para a discriminação dos municípios em grupos, corroborando a hipótese de que se os gestores públicos conhecem os atributos que dão fomento ao desenvolvimento social estes podem, maximizar a gestão social. (REZENDE et al., 2005, p. 31).

Assim, pode-se afirmar que o investimento público deve compor o plano do governo do gestor público municipal combinando o mesmo com outros fatores, como é retratado no Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano de 2013 empreendido pelo PNUD que o desenvolvimento humano traz como pilar três fatores impulsionadores: um Estado pró-ativo

no domínio do desenvolvimento, a exploração de mercados mundiais e uma aposta política social inovadora. O primeiro fator inovador sugere que o Estado seja pró-ativo no domínio para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para os setores privado e público que abrange todas as variáveis capazes de promover um governo confiável e coerente. O segundo fator inovador é a integração dos mercados mundiais que retrata o investimento do Estado que segundo o Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano (RDC, 2013, p.7) “todos os países recém-industrializados adotaram as estratégias de “importar o que o resto do mundo sabe e exportar o que o resto do mundo quer”. O último fator impulsionador que é uma inovação sustentada da política social relata que poucos países tem conseguido auferir o crescimento sem o investimento público em saúde e educação. Como retrata o relatório não somente investimentos em infraestrutura “o objetivo deve ser a criação de círculos virtuosos, em que as políticas sociais e de crescimento reforcem mutuamente”. Ainda segundo o Relatório:

Uma agenda destinada a transformar o modelo de desenvolvimento que promova o desenvolvimento humano é, pois, uma agenda multifacetada. Incrementa os ativos dos cidadãos universalizando o acesso aos serviços de base. Melhora o funcionamento das instituições públicas e sociais, com vista a fomentar o crescimento equitativo, através da generalização dos benefícios. Reduz os entraves da ordem burocrática e social a ação econômica e à mobilidade social. Responsabiliza as lideranças. (PNUD, 2013).

Assim, pode-se afirmar que vários fatores influenciam o IDHM e não somente o investimento público em áreas sociais. A máquina estatal deve ser a base para que as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento humano sejam efetivas. A referida base é nucleada por um governo eficiente, com pessoas qualificadas e que cumpram o seu papel de servir a sociedade e não aos interesses particulares. Outra possível justificativa para que os determinantes não influenciem o IDHM de maneira expressiva, é que os resultados de uma despesa pública, podem ser melhores observados no médio e longo prazo. Apesar de ter sido analisado uma série temporal de longo prazo, a análise de regressão é de curto prazo, pois verifica o efeito imediato das variáveis independentes sobre a variável dependente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, a partir do objetivo principal elaborado, propiciou o conhecimento e a discussão de fatores que possam vir a influenciar o desenvolvimento humano baseado nos investimentos públicos municipais. Desde o início da pesquisa foi trabalhado com a hipótese de que todas as variáveis utilizadas no método de regressão influenciariam a variável direta, o IDHM.

No primeiro modelo de regressão ajustado concluiu-se que somente três das variáveis analisadas têm relação linear com o IDHM. As variáveis são a agricultura, habitação e urbanismo e transporte. Se estas variáveis sofrem um incremento o IDHM é influenciado. No entanto, no segundo modelo todas as variáveis independentes utilizadas no modelo obtiveram resultado satisfatório indicando que agricultura, educação e cultura, assistência e previdência social e transporte influenciam o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios da mesorregião do sul e sudoeste de Minas Gerais. Assim, pode-se afirmar que promovendo um incremento nas variáveis citadas acima o IDHM aumenta em determinada proporção. É importante ressaltar que pode ser verificado que as outras variáveis analisadas não influenciam o IDHM. Sendo que as variáveis indiretas, saúde, habitação, educação são variáveis que promovem significativas alterações na população beneficiadas de acordo com a literatura analisada.

No entanto, de acordo com o referencial teórico para a confecção do presente trabalho outros fatores também influenciam o desenvolvimento humano. Dentre eles, um exemplo relevante é um governo eficiente, que cumpra seu papel de zelar pelo bem estar da sociedade. Assim, este trabalho pode proporcionar uma pequena contribuição no que se refere aos investimentos públicos, não se almejou neste trabalho analisar todas as vertentes e discussões sobre o investimento público, pretendeu analisar as variáveis selecionadas, utilizando o método da regressão e desta forma cumprir o objetivo geral proposto ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. T. S.; Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n. 40.

BIASOTO, G. Jr.; AFONSO, J. R. R. Investimento Público no Brasil. **Novos Estudos** 77, p. 1- 20, mar. 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Retirado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 22 de junho de 2015.

BRASIL, Presidência da República do Brasil – Casa Civil, **Decreto-lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967.

BRASIL. **Instituto Brasileiro Geografia Estatística (IBGE)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 05 jun. 2014.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA)**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 27 mai. 2015.

BRASIL. **Ministério do Estado do Orçamento e Gestão**. Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999.

BUSATTO, L. M. **Análise da efetividade da despesa pública dos municípios do Rio Grande do Sul**. 2009. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CERQUEIRA, B. S.; PIRES, M. C. de C. O quão pequeno é o investimento público no Brasil? Evidências a partir de comparações internacionais. **Economia & Tecnologia**. Universidade Federal do Paraná, v. 20, jan./mar. 2010.

CERQUEIRA, B. S.; PIRES, M. C. C. O quão pequeno é o investimento público no Brasil? Evidências preliminares a partir de comparações internacionais. **Economia & Tecnologia**, ano 06, v. 20, p. 33-46, jan./mar. 2010.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual para os agentes municipais**. Brasília, DF, 2005.

FABRINO, A. A. **O impacto do gasto público com pessoal no crescimento econômico**. 2010. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamento Público) – Instituto Serzedello Côrrea, Brasília, 2010.

FERNANDES, M. A. da C. et al. **Gasto Social das Três esferas de Governo – 1995**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, out. 1998.

FONSECA, J. J. F. **Metodologia da Pesquisa Científica**, Universidade Estadual do Ceará, mai. 2012.

FORLIN, J. A.; RODRIGUES, R. V. Finanças públicas e desenvolvimento econômico nos municípios paulistas. **Rev. Economia e Desenvolvimento**, v.2, n. 24, 2012.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E.J.; Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Rev. de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr./out. 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1. ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIAMBIAGI, F. **Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. Saraiva, 2011.

GIROLDO, C.; N.; KEMPFER, M. Autonomia municipal e o federalismo fiscal brasileiro. **Revista de direito público**, Londrina, v. 7, n. 3, p. 3-20, set./dez. 2012.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. 5. ed. Artmed e McGraw-Hill Educatino, 2011.

KROTH, D. C.; DIAS, J. Os efeitos dos investimentos públicos e privado em capitais físico e humano sobre o produto per capita dos municípios da região sul: uma análise em painéis de dados dinâmicos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.22, n.5, p. 621-649, set./dez. 2012.

MARTINS, G. de A., THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais aplicadas**. 2. Ed. Atlas, 2009.

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, IDH-M E ICV**: Metodologia, 2013.

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano**. A ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado, 2013.

RAJARAM, V. A. et al. **A diagnostic framework for assessing public investment management**. Disponível em <http://sitesources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/38360633571938/PublicInvestmentEfficiency.pdf>. Acesso em 19 set. 2014.

REIS C. F. B. **Os efeitos do investimento público sobre o desenvolvimento econômico: análise aplicada para a economia brasileira entre 1950 e 2006**. **Finanças Públicas XIII Prêmio Tesouro Nacional**, 2008.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Rev. Universo Contábil**, Blumenau, v.1, n.1, p. 24-40, jan./abr. 2005.

REZENDE, F. da C. **Descentralização, gastos públicos e preferências aloativas dos governos locais**. 1997.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2. ed. Atlas, 2011.

SALDANHA, C. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 156p.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, T. D. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para a análise do bem-estar rural. **Olhares Sociais**, v.02, n. 01, mai. 2013.

SEIXAS, F. H. S. **Finanças públicas de Goiás: comportamento da arrecadação e análise da causalidade entre receitas e despesas**. 2002-2011. 88f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SEIXAS, F. H. S.; SILVA, C. G. Finanças públicas estaduais: uma análise da causalidade entre receitas e despesas para o caso goiano. In: **40º Encontro Nacional de Economia**, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao>>. Acesso em 12 nov. 2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, dez. 2002.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 6, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N.P. **Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS**. São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Coletânea de conceitos básicos de finanças públicas para utilização de recursos orçamentários nos projetos de extensão**. Amazonas, 2012.

VIALI, L. **Estatística Básica. 2002 (Material Didático)**.

ZANI, B. Z.; GOMES, L de O. M. **Projetos sociais e o município: um estudo da implementação do programa de erradicação do trabalho infantil (peti) em Viçosa, Minas**

Gerais. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006, p. 1-16.